

O GÊNERO ENSAIO EM JORNAL: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO TEXTO.

Lindinei Rocha Silva¹

1- Doutor em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Professor da universidade Iguaçu, Nova Iguaçu, RJ, Brasil.

RESUMO

O objetivo deste artigo é mostrar como o gênero ensaio ultrapassa os limites referenciais que o inscrevem em seu gênero textual. Isto fica claro ao utilizarmos o ensaio como texto motivador para o exercício da redação, visto que no gênero observamos um agir no mundo que pode ter seu sentido construído de acordo com a ótica do ensaísta, mas, sobretudo, em razão da negociação de significado que o próprio texto estabelece entre o autor e o leitor. Assim sendo, é possível tecer algumas reflexões sobre o papel do ensaio na formação de conceitos e ideologias na sociedade contemporânea. Nesse contexto, insere-se o papel deste gênero como instrumento de produção e disseminação de ideias. Observaremos algumas de suas características, identificando as condições de sua produção. Sob a perspectiva da Análise do Discurso, buscamos elucidar os meandros inerentes a este gênero textual. Nosso propósito é demonstrar como um olhar mais atento sobre o texto pode desvelar as astúcias, os meandros verbais subjacentes a sua produção.

Palavras-chave: Ensaio – Gênero - Ideologia

ABSTRACT

The purpose of this article is to show how gender essay exceeds the reference limits that the fall in its genre. This becomes clear when we use the as a motivator text for the exercise of writing, as in the genre observe an act in the world that can have your order built according to the perspective of the essayist, but above all because of the meaning of negotiation the text establishes itself between the author and the reader. Therefore, it is possible to make some reflections on the role of essay in the formation of concepts and ideologies in contemporary society. In this context, is part of the role of gender as instrument of production and dissemination of ideas. We observe some of its features by defining the conditions of its production. From the perspective of discourse analysis, we seek to elucidate the intricacies inherent in this genre. Our purpose is to demonstrate how a close look at the text can reveal the cunning, verbal intricacies underlying their production.

Keywords: Essay - Gender - Ideology

“Os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem.” (Mikhail Bakhtin, 1979)

INTRODUÇÃO

É quase axiomático afirmar-se que a educação é o caminho que conduzirá o Homem à completude, ou seja, a tornar-se consciente de suas potencialidades. Em todas as áreas do conhecimento tem-se buscado tornar o mundo um lugar mais aprazível para todos. Parece contraditório que as ciências humanas tenham ganhado a pecha de pesquisas sem aplicabilidade ao desenvolvimento cotidiano da raça humana. Boa parte desses comentários se deve a distância entre o mundo acadêmico e o mundo real, entre a teoria e a prática. Nesse sentido, uma parcela considerável dos pesquisadores tem buscado vincular os estudos linguísticos a práxis cotidiana, em outras palavras, tornar aplicável no dia-dia os conceitos elaborados na Academia. Assim, foram empreendidos esforços para responder as demandas da escola visando construir elementos de referência que fossem úteis às práticas didáticas.

Com o desenvolvimento das ciências linguísticas, vislumbrou-se uma transformação radical na forma de encarar a Língua. Desde que Ferdinand Saussure em seu *Curso de linguística geral* defendeu que a linguagem pertence ao domínio individual e ao domínio social, muitos se têm debruçado a fim de elucidar as astúcias da enunciação. Entretanto, ainda falta muito para que as teorias discutidas exaustivamente nos castelos da Academia cheguem ao mortal estudante da plebe. Apesar da profecia rezar que o acesso à educação é a redenção do mundo subdesenvolvido, a estrutura viciada do ensino, principalmente da língua materna, tem sido um obstáculo invisível.

Ao ingressar na escola o estudante, via de regra, tem contato com o texto escrito. Esse contato vai se tornando cada vez mais prolongado, entretanto não tão produtivo quanto se esperava dele. Isto porque nem sempre é harmônica a recuperação do que foi dito e do que se quis enunciar no texto. Essa questão demanda mais que uma biblioteca para ser explanada, não é propósito desse despretenso trabalho abarcar tema tão avassalador. Entretanto, é possível tecer algumas reflexões sobre o papel insubstituível do texto escrito na formação de conceitos e ideologias na sociedade contemporânea.

Nesse contexto insere-se o papel do gênero ensaio como instrumento de produção e disseminação de ideias. Pretende-se neste trabalho observar algumas características deste gênero, identificando as condições de sua produção. Também se aspira, sob a perspectiva de

algumas correntes da Análise do Discurso, elucidar os meandros inerentes a este gênero textual. Nesse intuito, utilizaremos como *corpus* um ensaio sobre o Quinto centenário do Descobrimento da América, publicado no jornal espanhol *El País*.

Retomando a ideia inicial da aplicabilidade das teorias a prática docente, nossa análise tem como propósito demonstrar como um olhar mais atento sobre o texto pode desvelar as astúcias, os meandros verbais subjacentes a sua produção. Desta forma, é possível aplicar alguns dos pressupostos teóricos da análise do discurso tanto no ensino da produção textual como em sua exegese.

A QUESTÃO DO GÊNERO ENSAIO

Ao abordarmos a questão dos gêneros textuais, é impossível não mencionar o papel da escrita como forma de reflexão. Não seria exagero afirmar que nossa ciência, filosofia, literatura, leis, religião, são, em boa medida, artefatos literários. Nossa visão de mundo, em todos os aspectos, perpassa pela forma como esse mesmo mundo nos foi representado. Não é à toa que o divisor de águas entre a Pré-história e a História é o surgimento da escrita. Não se pode negar que o grande incremento evolutivo nas ciências e no pensamento se deu a partir do Renascimento, quando, graças a Guttemberg, os textos escritos chegaram às mãos de pessoas comuns. O conceito já ultrapassado de Idade das Trevas, dado a Idade Média, deveu-se primordialmente à falta de reflexão do homem sobre si próprio, independente da visão da Igreja. Não é por acaso que Jorge Luis Borges afirmou ter mais orgulho do que lera que do que escreveu.

As grandes teorias sobre o *texto*, aqui entendido como uma entidade em relação de interdependência com seu contexto acional e social (Bronckart:1999, p.14), consistem principalmente em propor caminhos que subsidiem a interpretação do texto, sua força ilocucionária. Desta forma, levava-se em consideração mais que o texto em si, mas também suas condições de produção e as contribuições do leitor à sua compreensão.

O registro escrito conta hoje com uma infinidade estilos, correntes, modelos, gêneros discursivos. Apesar dos esforços, ainda não é possível afirmar-se que exista uma tipologia linguística do texto satisfatória, mesmo por que não se tem claro em quê se deve basear uma tipologia textual que atenda as pretensões teóricas. Daí a publicação de inúmeros trabalhos que tentam abarcar de forma conclusiva a tipologia textual, ou seja, uma designação teórica de uma forma específica de texto.

Antes de abordar o gênero ensaio, faz-se mister levar em consideração as palavras de Mikhail Bakhtin, autor que é referência ineludível ao tratar-se deste tema. Na introdução de um de seus trabalhos mais conhecido, *Estética da Criação verbal*, afirma que:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados ... esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem ... mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003 p.261-2)

Pode-se observar que, longe de os gêneros do discurso limitarem o uso da linguagem, eles possibilitam a expressão do homem em todas as facetas de sua vida, o que os diferencia são as peculiaridades que o definem em contraposição aos outros gêneros. Segundo Jean-Paul Bronckart, teórico interacionista social, “os gêneros seriam formas comunicativas (romance, editorial, enciclopédia etc) postas em correspondência com as unidades psicológicas que são as ações de linguagem” (BRONCKART, 1999, p.21).

Ao analisarmos o gênero ensaio, serão muito produtivas ambas as definições, visto que a escolha do gênero discursivo não é aleatória, nem alheia aos olhos do emissor. Assim, mesmo que intuitivamente, os textos são produzidos levando-se em consideração as propriedades discursivas destes gêneros.

Como acontece com toda definição, não é simples, nem pacífica, a conceituação do gênero literário ensaio. Mesmo porque sua definição extrapola ao meramente formal, situando-se também em função de seu conteúdo. Em linhas gerais, pode-se dizer que o ensaio é uma composição não ficcional breve, que muitas vezes trata de um assunto determinado, a partir de um ponto de vista pessoal. Os dicionários também costumam defini-lo em função de outros gêneros, quando se afirma que está situado entre o poético e o didático, menos formal e mais flexível que o tratado.

O reconhecimento desse gênero se deu a partir seus precursores, o nobre francês Michel de Montaigne (1533-1592), com *Essais* (1580) e Francis Bacon, na literatura inglesa, com *Essays* (1597). Costuma-se atribuir a Montaigne o cunho do nome ensaio, segundo se diz, em parte por modéstia, alegando que o que publicava eram simples "tentativas" literárias - o sentido original em francês do termo “essai” é tentativa. Em seus primórdios, o ensaio funcionava como esboços de um artista. Sua estrutura era bem próxima à língua falada, do registro informal. Segundo o historiador inglês Peter Burke:

ao escolher esse título, Montaigne estava pensando tanto no conteúdo quanto na forma de seu livro. Ele apresentava-se como quem simplesmente pensa em voz alta, talvez para ser capaz de referir aos censores católicos, que de fato expurgaram seu

livro e mesmo o baniram da Espanha, que não se comprometia seriamente com tudo o que dizia no livro (BURKE, 2002, p.46).

Em nossos dias, o termo ensaio tem sido descrito como um escrito curto, uma expressão de opinião que não se baseia em pensamento rigoroso ou pesquisa extensiva, uma discussão de um tópico que pode parecer trivial, produzido para uma determinada ocasião, como uma coluna de jornal. Entretanto, para alguns ensaístas, o apelo do ensaio é mais profundo, porque não há nada estabelecido que não seja passível de reformulação, reflexão, e que não tenham de ser modificadas ao longo do tempo. Por esse viés se pode notar que uma das funções principais desse gênero é justamente questionar o tido como assentado, como afirma Burke: “a história é um campo no qual o termo ensaio não perdeu seu poder original de chocar” (BRONKART, 1999, p.21).

Montaigne afirmava que a subjetividade é uma característica inerente ao ensaio. Como se verá mais adiante, na análise empírica de um ensaio, é possível depreender tanto da matéria abordada como de seu autor, pelas marcas de subjetividade ali deixadas, talvez, propositadamente. O ensaísta estrutura seu discurso a partir de suas concepções, tenta, por meio da argumentação, tornar válido seu pensamento. Ao interpretarmos um texto, independente do gênero, não podem ser desprezadas as condições de sua produção.

Atualmente, o ensaio é entendido como um amálgama das definições supracitadas. Talvez por isso seja um dos gêneros mais pródigos, principalmente, nos jornais. Devido a esse sucesso, os tabloides têm hoje entre seus “atrativos”, ou ferramenta de marketing, um rol de colunistas responsáveis pelos ensaios, crônicas, opinião. Não está muito clara a distinção entre esses gêneros, dada a similaridade entre suas forma e conteúdo.

Indubitavelmente, o desenvolvimento do jornalismo deu um grande impulso ao gênero ensaio. Na contenda entre o cânone e o novo, chegaram a sustentar que a literatura, na acepção clássica da palavra, disputa espaço com os ensaístas. O escritor Tom Wolfe, representante do New Journalism, chegou a afirmar que a literatura mais importante escrita hoje é a de não-ficção. Exageros à parte, o ensaio constituiu-se como uma expressão de sociedade contemporânea, uma tipologia textual, enquanto forma peculiar de texto, com características próprias, que tem encontrado campo fértil em todas as mídias.

Ainda sobre a discussão do ensaio como gênero, não se pode passar *in albis* a contribuição do filósofo e teórico alemão Theodor W. Adorno (1903-1969). Poucos pensadores refletiram sobre o gênero com tanto afinco, o que se pode comprovar no meta-ensaio: *O ensaio como forma*. Nesta obra, Adorno tenta redimir o gênero das acusações da crítica alemã da época, em que o ensaio era visto como subproduto literário, mostrando que o

gênero constitui a maneira mais adequada de se traduzir o pensamento dialético, sem prendê-lo rigidamente aos conceitos. Em outro ensaio, *Posição do narrador no romance contemporâneo*, Adorno distingue o ensaio dos demais gêneros, discutindo os limites do romancista e sua obra.

Não seria uma heresia afirmar que o gênero ensaio transita livremente por várias áreas do saber, sua interdisciplinaridade é um fato. Livre, digressivo, o ensaio é mais do que um tema em prosa num espaço limitado e criado por uma subjetividade, tal gênero exige persuasão; e a persuasão inclui em si mesma uma longa série de estratégias de convencimento. Neste contexto, é bastante apropriada a explicação do filósofo e crítico literário Rodrigo Petronio ao comentar a afirmação de Ortega y Gasset sobre o conceito de ensaio:

O ensaio deve ser mesmo uma ciência sem provas. O que me interessa nele é que há um predomínio da narração sobre a demonstração, não é necessário recorrer o tempo todo àquilo que os antigos chamam de *exempla*, exemplos, para ilustrar e defender a sua argumentação. Isso lhe dá uma grande elasticidade, e talvez por isso ele seja um gênero que possibilite tanta liberdade. No ensaio é a consciência do ensaísta que protagoniza a cena e o enredo tecido pelos fatos, ideias, obras e autores. Está preocupado em levantar hipóteses e conjecturas, tecer relações entre as coisas, estabelecer genealogias e vincular o poema a uma tradição poética. Não pretende defender uma tese. Isso faz dele um espaço sui generis do pensamento. Os erros são muitos, incontáveis. Às vezes beiram a inconsequência. Mas temos que correr o risco. E esperar para ver se algum de seus lampejos, por força do hábito, ganha a dignidade daquela outra ciência, oculta, que é a base de toda a educação do gosto e tem como única finalidade a aquisição da nossa própria consciência em movimento.⁵

Como destacado na citação, o ensaio se diferencia dos demais gêneros por seu caráter subjetivo, pela liberdade declarada de seu autor: “No ensaio é a consciência do ensaísta que protagoniza a cena e o enredo”. A liberdade de expressão, a constituição de um texto em que aflora o sujeito discursivo, ou seja, um texto em que se observa o engajamento, a reflexão sobre determinado tema, o desenvolvimento da capacidade de incitar a ação, o agir no mundo por meio da palavra. E para tal propósito ensaísta conta “apenas” com suas habilidades discursivas.

É preciso ressaltar que essa visão do ensaio como uma forma de expressão do pensamento vale tanto para quem escreve como pra quem lê. Pois, não basta ao leitor conhecer apenas a classificação tradicional que divide as tipologias textuais em textos descritivos, narrativos e dissertativos, na prática da leitura se observa que esses tipos de textos dificilmente aparecerão de forma homogênea, predominará o que demonstra ser mais enfático,

⁵ Entrevista de Rodrigo Petronio a Alfredo Fressia. In: Uma viagem pela literatura: Rodrigo Petronio percorre 11 autores em ensaios de fácil leitura e inteligência aguçada. *Revista Virtual Agulha*, n.6 p. 125.

não pela quantidade, mas por suas marcas peculiares, pelo gênero textual eleito pelo autor para expressar seu pensamento, em suma, a relevância ilocucional.

No que tange a forma do ensaio, Teixeira & Discini afirmam que:

Um gênero é uma categoria de fatos comunicativos, que acontecem em um contexto social, de acordo com certas normas e convenções, que se adequam especificamente a certos fins propostos por uma comunidade discursiva, e que têm certas características lingüísticas obrigatórias. (TEIXEIRA, L.; DISCINI, 1999, p. 11-14)

Tal definição não difere das demais supracitadas, mas ratificam a premissa mais recorrente em toda bibliografia sobre gêneros textuais, a saber, todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero de discurso. Nas palavras de Bronckart, seja um texto empírico, ... pertence a um gênero. Sob essa perspectiva, é possível categorizar a variedade de textos veiculados diariamente: conversa, manual, jornal, seminário, midiático. A consciência de que há uma tipologia específica, com funções (pré) determinadas, podem auxiliar na produção e recuperação do enunciado de um texto. Entretanto, essas características dificilmente fazem parte do estudo do texto no meio escolar.

Não se pode negar que a relação estrita entre pensamento (às vezes, ideologia) e linguagem configura o gênero ensaio como veículo do pensamento. Nota-se claramente a confluência, talvez coincidência, entre expressão e filosofia, aqui entendida como defesa de uma concepção. Adorno assume o ensaio como linguagem, e como tal, posiciona-se filosoficamente a favor da dúvida sistêmica, pois não busca configurar conceitos imutáveis, antes, expressar-se sobre um determinado tema:

O ensaio parte dessas significações e, sendo ele mesmo essencialmente linguagem, leva-as avante; ele gostaria de ajudar a linguagem em sua relação com os conceitos, de tomá-los refletidamente tais como eles já se encontram inconscientemente denominados na linguagem. Isso é pressentido, na fenomenologia, pelo procedimento da análise significacional, só que aí a relação dos conceitos com a linguagem se converte em fetiche. O ensaio se posiciona tão ceticamente diante disso quanto diante da pretensão de definir. Sem apologia, assume a objeção de que é impossível saber acima de qualquer dúvida que ideias se deveria fazer dos conceitos. Pois percebe que exigir definições estritas contribui há muito tempo para eliminar, mediante a manipulação dos significados dos conceitos através de sua fixação, o elemento irritante e perigoso das coisas, que vive nos conceitos. (ADORNO, 1986 p. 176)

Quiçá, possa parecer anacrônico retomar a teoria adorniana sobre o ensaio como embasamento para o estudo do texto, entretanto, ao abordar o ensaio, o filósofo alemão vai além do gênero discursivo, defendendo uma visão abrangente de encarar a linguagem. A

execração da ideia de conceito, de definição imutável não encontra, infelizmente, respaldo na pedagogia empírica aplicada nas escolas. Apesar dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) defenderem uma política de educação baseada na construção do saber, guardadas as devidas proporções, desde o ensino fundamental até o universitário (sem preconceito, principalmente nas instituições privadas) o que se observa é a manutenção do modelo arcaico de “cuspir giz” e decorar conceitos e datas. Ainda pior, mesmo quando se tenta introduzir as novas Diretrizes e Bases da Educação, recomendadas pelo ministério da Educação e Cultura o que se vê é uma caça às bruxas, uma enxurrada de reclamações a diretores e coordenadores de curso, culminando, inclusive, em demissões, por cumprir a Lei.

É justamente nesse contexto que se insere a responsabilidade dos professores de Língua e Literatura, pois muitos deles ainda não aprenderam que ensinar a ler não é juntar sílabas, é decodificar o que se está enunciando, mais ainda, é interagir e, se necessário, discordar, questionar. Não é por acaso que a falta de espírito crítico, do questionamento sistêmico, coloca o Brasil na triste estatística de 75% de analfabetos funcionais. Como poderia ser diferente se o mestre, muitas vezes, também o é? Parafraseando a Bíblia, se um cego guiar outro, ambos cairão no abismo. Como se pode observar, há muito mais envolvido na leitura de texto do que sonha a vã filosofia do mercado capitalista da educação. Dessa incongruência entre a teoria e a prática decorrem os grandes problemas de interpretação textual, visto que entre o que diz e o que se enuncia não há uma ralação de contiguidade.

Mais ainda, ao nos defrontarmos com o desafio de ministrar aulas de produção textual, quão decepcionante é notar que os alunos limitam-se a repetir o óbvio, não são capazes de tomarem, por assim dizer, a palavra. Demonstrar o que pensam, tecer analogias, inferir conclusões. Teriam esses sujeitos capacidade para tal? Infelizmente, não. Todavia, não podemos culpá-los, são frutos da incapacidade docente de lhes fertilizar a mente, de capacitá-los, porque seguimos os modelos de análise textual, de interpretação de livros didáticos “presenteados” pelas editoras ou pelos governos. Indubitavelmente, é muito mais fácil se adaptar a esse paradigma que construir, junto aos discentes, um modelo de exegese que se baseie na análise das condições de produção textual. Por que não associar o gênero ensaio tanto a uma forma de ler quanto a uma forma de escrever. O modo ensaístico de ler, que pode ser praticado numa vasta gama de livros, desconfiando de afirmações grandiosas ou aparentemente objetivas, buscando o caso individual por trás da generalização ou o preconceito por trás da máscara da imparcialidade.

Será que nem mesmo o modelo aristotélico, que propunha o método dedutivo, partindo do raciocínio silogístico, ou o cartesiano, baseado na inferência de dados

específicos conhecidos, são passíveis de aplicação na hermenêutica textual? Pois, apesar dos avanços nas ciências linguísticas, pouco se tem notado, entre os não-iniciados, as caudalosas águas que irrigaram o conceito de linguagem. Talvez porque o palavreado hermético não chegue, por assim, dizer ao “chão da sala de aula.” Na tentativa de abarcar a ortografia, a sintaxe, a morfologia, a semântica... no intuito de instruir nas quatro habilidades linguísticas, está esquecido que a matéria-prima é um ser pensante, que é fruto de uma história. Mais ainda, antes de se constituir como falante, precisa reconhecer-se como sujeito, precisa irremediavelmente ter uma identidade. Nas palavras de Bronckart, “ser pessoa, indivíduo consciente de sua identidade e capaz de colaborar com as outras (pessoas) na construção de uma racionalidade do universo que a envolve” (Ibidem, p.22).

Como foi supracitado, é pelo reconhecimento das estratégias discursivas, das tipologias e gêneros textuais que se habilita o falante/leitor a interagir com o texto, a construir significação a partir de sua visão de mundo, estabelecer conexões intertextuais, enfim, constituir-se como sujeito discursivo. Para tal, é imprescindível que possa formar sua opinião pelo raciocínio lógico, baseado em fatos. Entretanto, já não é possível independência total e irrestrita, visto que somos condicionados às informações que recebemos da mídia em geral. O mundo contemporâneo trouxe consigo uma avalanche de informações que deve ser processada e compreendida para que se possa tomar decisões de cunho pessoal, profissional, acadêmico, ético.

Dentre os meios midiáticos, o jornal tem se proposto a figurar como um baluarte da informação comprometida com os fatos. É óbvio que essa pretensão não é alcançada, entretanto, não se pode negar seu indispensável papel na circulação das notícias e da cultura. Visto que esse meio de comunicação em massa goza de muito prestígio, não são poucas as instituições de ensino, exames vestibulares e concurso que o utilizam como fonte de consulta e análise de conhecimentos gramaticais e semânticos. A seguir, serão analisadas as condições de produção e a função do gênero ensaio publicado em jornal.

O GÊNERO ENSAIO PUBLICADO EM JORNAL: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO TEXTO.

Todo esse circunlóquio sobre o historial dos periódicos e seu afã de neutralidade/isenção serve de explicação à escolha que fizemos de nosso *corpus*. Para exemplificar a contemporaneidade e o quão produtivos tem sido o gênero ensaio em jornal, foi selecionado uma amostra do diário El País, um dos jornais mais renomados na Europa, sobre um tema que tem constituído bibliotecas inteiras ao longo dos mais de cinco séculos que separam o Descobrimento da América.

No artigo *La “visión de los vencidos” de América*⁹, de Reyes Mate, publicado no caderno Opinião, pode-se observar como ensaio jornalístico tem sido empregado como forma de reflexão sobre temas da atualidade. Como se verá em seguida, a estrutura formal do ensaio contemporâneo não dista muito da utilizada por Montaigne em 1580, pelo contrário, ratifica o que já afirmara Bakhtin, (nota) “esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo... acima de tudo por sua construção composicional”

Como se pode observar no título do artigo, *visión de los vencidos* aparece entre aspas, indicando a referência intertextual, o que será confirmado no corpo do ensaio. Mais que remissão, essa marca formal é, como afirma o linguista Dominique Maingueneau, “ao mesmo tempo *usada e mencionada*, dependendo, conseqüentemente, da conotação autonômica. Às palavras são atribuídos outros espaços enunciativos, cuja responsabilidade o locutor não quer assumir”¹⁰. Assim, o autor pode dizer o que se deseja, sem que se comprometa com o que se está afirmando, o valor semântico das aspas está intimamente relacionado com o implícito.

Entretanto, esta marca de impessoalidade não é o que configura o gênero ensaio, pelo contrário, a subjetividade é sua marca, e esse comprometimento pessoal pode ser observado em todo o desenvolvimento da argumentação no artigo, seja pelo uso da primeira pessoa do plural, identificando-se com o povo espanhol, ou como autor na primeira pessoa do singular:

“ España fue la parte miliotar y política victoriosa ... que por nuestro lado de haber hecho algo grande. Y no me refiero a la política oficial u oficiosa”

No que concerne à subjetividade deste ensaio, pode-se notar que a construção do texto se configura, como veremos adiante, na relação entre o dito e o comunicado, ou seja, o que se quer comunicar pode ser mais do que se diz, pois essa relação depende do conteúdo do que é dito e de outros tipos de fatores, como por exemplo, a implicatura¹¹, ou seja, um significado adicional comunicado pelo falante/escritor e inferido pelo ouvinte/leitor. Assim, um mesmo enunciado pode variar semanticamente dependendo do interlocutor.

Reyes Mate, ao assumir-se como autor no ensaio, assume o papel de locutor. Para responder a questão (enunciador x locutor) Osvald Ducrot¹² propõe a noção de *polifonia*, ou seja, a desvinculação unívoca de cada enunciado só poder ser relacionado a um único autor, afirmando que é possível discernir em uma enunciação dois tipos de personagens, os *enunciadores* e os *locutores*. Assim, enquanto o locutor é apresentado como responsável pela enunciação, o enunciador é apenas a voz presente na enunciação sem que lhe possa atribuir as

⁹ La visión de los vencidos. *El País*, 01/04/1992. p.12

¹⁰ MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em Análise do Discurso. *Op. Cit.* p.89

¹¹ REYES, Graciela. Abece de la Pragmática p. 38

¹² In Maingueneau. :Novas Tendências em Análise do Discurso. São Paulo: Pontes, 1997. p.32.

declarações ali veiculadas, desta forma este pode expressar no enunciado pareceres diferentes do seu. Como ilustra Maingueneau¹³, o enunciador representa frente ao locutor o que o personagem representa para o autor em uma ficção. Assim, é possível observar-se no ensaio o discurso alheio (nas citações), o povo espanhol (pelo uso da 1ª p. do plural.) e o próprio autor (1ª p. do sing.).

No trabalho de análise textual o enunciado é apenas um dos componentes da exegese, visto que também deve ser levada em consideração a condição de sua produção. A motivação de quem produz o discurso, a comunidade a que pertence e como se reconhece nele. O próprio espaço da enunciação não é apenas um suporte contingente, exterior ao discurso. Entenda-se aqui discurso como “organização textual que corresponde a uma tipologia organizada sobre condições de produção sócio-históricas.”¹⁴ Assim, esse discurso supõe um grupo social específico.

Também de grande relevância na interpretação textual é o meio utilizado para sua veiculação, não se pode, por exemplo, analisar de forma análoga um artigo publicado na *Revista Caras* e na *Carta Capital*. Da mesma forma, ao analisar um artigo de jornal, a seção em que está publicado diz muito sobre ele, em outras palavras, há uma implicatura subjacente, que pode ser inferida pelo leitor.

No caso do ensaio em questão, encontra-se publicado na seção Opinião do *El País*. Como foi assinalado anteriormente, este veículo traz consigo uma carga significativa peculiar, que o diferencia do jornal Vanguardia, por exemplo. O espaço *Opinião* também tem um público cativo, na maioria dos jornais, destinado à publicação dos editoriais do próprio veículo, assim como de artigos relacionados a fatos atuais do cotidiano imediato, o que suscita a reflexão sobre o tema, abrindo espaço para debates através de cartas enviadas à redação. Poderia se afirmar que é a seção em que o ensaio tem um espaço privilegiado. Assim, inscreve-se neste contexto um outro dado importante *o que* e *quem* se deseja alcançar com este ensaio, pois, inequivocamente, o objetivo e o destinatário são determinantes na tipologia e no gênero do discurso.

Daí a importância de verificar-se a autoria do ensaio, pois tal informação é auxiliar na decodificação da semiologia que permeia o texto. Ademais, pode-se depreender, mesmo que superficialmente, a partir da formação acadêmica ou profissional, o tipo de orientação ideológica do escritor. Não é por acaso que se costuma ler primeiro suas referenciais, num

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*, 16

caso típico de “sua fama precede o que está escrito” ou julgar-se um texto “pelo conjunto da obra”

Nesse sentido, os jornais hodiernos, além de retratar os fatos do dia-a-dia, costumam arrebanhar figuras de destaque no cenário político, econômico, social e cultural, a fim de que comentem sobre os acontecimentos do país. Assim, essas figuras irrompem no cenário nacional e/ou internacional como se fossem “testemunhos autorizados”¹⁵, ou seja, uma opinião abalizada, uma opinião de quem, pela reputação baseada no saber e na experiência, merecesse tal crédito, que a prova dos fatos se tornassem desnecessária ou supérflua”.¹⁶ Mesmo que seja um ator de novelas comentando sobre física quântica.

Desta forma, estabelece-se um contrato tácito de poder entre enunciador e ouvinte/receptor, em que, a partir do momento em alguém se predispõe a ouvir, confere a outrem o *status* de falante. Conforme afirma Graciela Reyes:

[...] em troca do esforço de dedicar atenção, tempo, memória, para entender o que nos dizem ... o que esperamos de nosso interlocutor é que tenha a intenção de ser relevante, ou seja, de dizer-nos algo que contribua de algum modo a enriquecer nosso conhecimento de mundo.¹⁷

Este acordo nasce da necessidade de refletir sobre determinado tema; ao contrário do que se possa imaginar, o enunciador não se impõe como tal, mas supõe uma negociação para que seja aceito pelo interlocutor. No caso do escritor do artigo, suas credenciais como Diretor do Instituto de Filosofia do Conselho Superior de Investigações Científicas e a instituição *El País* lhe confere o respaldo, o habilitam a estar escrevendo a seus seletos leitores.

Tal afirmação possibilita caracterizar um dos pressupostos da linguagem, o *status* de falante, ou seja, a autorização expressa do ouvinte/leitor, que confere, neste caso específico, ao jornalista/ensaísta/columnista o “direito de expressão”. Quando se observa um discurso, a primeira pergunta que vem à mente é: quem é o emissor?, ou seja, quem tem o *status* social da palavra, o direito de emitir opiniões e fazer com que a aceitem em função de sua posição?

Num artigo homônimo, a filósofa Marilena Chauí desenvolve o conceito de *discurso competente* afirmando que:

Confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir...¹⁸

¹⁵ Othon M. Garcia. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1981. p. 292.

¹⁶ Ibidem. p.295.

¹⁷ REYES, Graciela, El Abce de la Pragmatica. P.54

¹⁸ CHAUÍ, Marilena O discurso competente. In: Cultura e democracia, o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1981. p.7.

Ou seja, o discurso competente equivale ao *status* de falante, quando assegurado por instituições aceitas pela sociedade, como a família no discurso paterno, da Igreja nos sermões de padres e pastores que sob a suposta égide de Deus, que é um enunciador inquestionável. Esta visão aborda a hierarquia que subjaz os discursos das instituições que têm seu *status* assegurado pelas opiniões cristalizadas ao longo do tempo, mesmo que baseadas em estereótipos.

Ratifica esse *status* a identificação do discurso com a *persona* que o emitiu, visto que Reyes Mate representa também uma instituição e não somente a si próprio. A esta corporificação, a retórica antiga definia por *ethos* as peculiaridades que os oradores se atribuíam implicitamente, não o que diziam sobre si mesmos, mas o que revelavam pela forma que se expressavam. Assim, apesar do texto ser escrito, não deixa de revelar uma voz específica, uma identificação pessoal.

Deixando a análise extratextual e focando especificamente na constituição formal do ensaio, pode-se observar que o artigo está baseado no conhecimento de mundo de seus leitores (especificamente, espanhóis letrados, formadores de opinião etc.). Mate constrói seu discurso por meio de perguntas retóricas sobre um tema que está no dia-dia dos espanhóis, por conta da comemoração do quinto centenário do Descobrimento da América. Como foi frisado anteriormente, o ensaio inscreve-se sob o aspecto temático em assuntos triviais, produzido para uma determinada ocasião. Entretanto, seu viés é mais profundo, pois, e este é o caso do ensaio em questão, põe à prova verdades estabelecida, questiona o que já se dava por assentado, para fraseando mais uma vez o historiador Peter Burke.

O questionamento que se faz ao do ensaio está baseado na pergunta retórica: *Celebrar o descobrimento da América ou recordar o encontro violento com povos e culturas pré-hispânicas?*

Ao respondê-la, emprega como forma de argumentação, o raciocínio epiquiremático¹⁹, a saber, antecipação da resposta a prováveis perguntas, este recurso induz o leitor a chegar à conclusão desejada pelo autor, sem que se dê conta de que foi conduzido a ela.

Outro recurso utilizado é a escolha léxica, pois o ensaio orienta-se na dicotomia: colonizadores versus indígenas. Pode-se dizer que já é um lugar comum afirmar que o léxico de uma língua não pode ser considerado independente da ideologia que subjaz o texto, pois “apesar de figurarem no dicionário, não é lá que se encontrará todos os elementos que são necessários para apreender o valor de uma palavra numa formação discursiva determinada.”²⁰

¹⁹ Othon M. Garcia. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1981. p. 318.

²⁰ Dominique Maingueneau. In: Novas tendências em Análise do Discurso. p.151 - Grifo nosso

Nessa mesmo sentido, Jean Dubois afirma que a análise do enunciado baseada no estudo do léxico deve levar em conta previamente a tipologia textual, “pois o tipo de discurso em que se insere o enunciado determinam as regras retóricas que condicionam as formas de vocabulário”.²¹ Note a distribuição dos seguintes vocábulos para respaldar a linha argumentativa do autor:

Colonizadores: violentos, vencedores, injustos, bárbaros, selvagens, macacos, deuses, conquista, orgulho, vitória, matança, sagazes;

Indígenas: vítima, pobres, vencidos;

Salta aos olhos a caracterização pejorativa atribuída aos espanhóis, inclusive, quantitativa. Enquanto os aborígenes são retratados como vítimas incapazes de se defender dos algozes. Deve-se ressaltar que não há nenhum julgamento de valor ético ou moral. Sabe-se que a conquista foi um dos maiores genocídios da história, mas não cabe aqui julgar esse mérito, mas ater-se a análise da estrutura discursiva do gênero ensaio. Se o artigo fosse de defesa dos espanhóis, certamente as estratégias seriam outras, ou pelo menos, inverter-se-ia essa caracterização.

Farta ressaltar que é impossível desvincular a linguagem da ideologia, ou como diz Mikhail Bakhtin²¹, entre ambas há uma relação de dependência. Justamente por isso os artigos dos jornais hodiernos utilizam-se de estratégias enunciativas no intuito de disfarçar a ideologia subjacente no discurso.

De capital importância é a forma como Mates conduz o leitor as suas conclusões. Sempre que defende um ponto de vista, justifica sua afirmação, seja pela citação de um testemunho autorizado do peso do frei Bernardino de Sahagún, um dos baluartes em defesa dos direitos indígenas em sua obra *Visión de los vencidos*, ou dos relatos de León Portilla sobre os povos Maias e Nahuas.

Em outro trecho, para não parecer autoritário, argumenta: “*veja bem, não se trata de absolutizar um relato como verdade histórica*” E prossegue enumerando as barbaridades cometidas pelos colonizadores da América no afã de enriquecer-se: “*como se fossem macacos levantavam o ouro... como porcos famintos ansiavam o ouro*”

Para se chegar a verdade, nos propõe o ensaísta: ! *qué menos que acercarse a la visión delos vencidos!*, numa tradução livre:, o mínimo que se deve fazer é olhar co mais atenção a visão dos vencidos. Note que o verbo está na forma que indetermina o sujeito, para que não haja um comprometimento explícito de quem enuncia.

²¹ DUBOIS, Jean. In: Introducción a los métodos de análisis del discurso, 1980. p.63.

²¹ BAKHTIN, Mikhail, Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1979, p.17.

Ainda se atendo ao modelo subjetivo do ensaio, para certificar-se que até ali tudo está bem entendido, o autor faz uma síntese explicativa como forma de revisão ou ratificação, modalizando seu discurso: “*entiéndase bien*” E, a partir dali, dá sequência à defesa de sua tese.

Pode-se observar no trecho supracitados, sob a perspectiva de Charles Bally²², quando diz que a *modalização* “é a forma linguística de um juízo intelectual, de um juízo afetivo ou de uma vontade que um sujeito pensante enuncia a propósito de uma percepção ou de uma representação de seu espírito”. Assim é possível construir um discurso voltado para a interpretação que mais lhe apraz, através sua modalização. Geralmente o elemento indicador de modalização é a força ilocucional expressa através da entoação, como se trata de um texto escrito, pode verificar-se, frequentemente, pela presença de advérbios, que sintaticamente indicam a circunstância ou ideia acessória expressa na oração, o que não quer dizer que todo advérbio constitui modalização. No exemplo acima podemos observar que o advérbio de modo *bien*, indica o caráter concludente da ideia expressa anteriormente.

Além da modalização observada nos enunciados supracitados - em que se observa a condução exercida pelo enunciador, ou seja, a maneira como este situa o enunciado em relação à verdade, sua intenção de interpretar a mensagem pelo leitor - , pode-se notar o conceito de *distância*²³, que permite examinar o processo de enunciação a partir do ponto de vista da atitude do enunciador com respeito a seu enunciado, como no exemplo abaixo: “*E não me refiro a política oficial ou oficiosa ...*” O que caracteriza este conceito é a distância relativa que o sujeito interpõe entre si e seu enunciado; assim, diz-se que a distância é nula quando há uma identificação completa entre enunciador e enunciado. No ensaio a subjetividade também se expressa pelo sujeito assumir o enunciado como seu.

Como foi sublinhado anteriormente, um mesmo enunciado pode variar conforme os anseios do enunciador e também sua forma de sua interação, assim, não se pode negar que, *lato sensu*, as proposições no registro escrito têm um caráter unidirecional, ou seja, o enunciador e o destinatário da mensagem não integram um circuito comunicativo direto, não há um diálogo entre estes. Por isso costuma-se defini-lo como um discurso de “mão única”; enquanto o enunciador constrói sua argumentação, fazendo uso de recursos inerentes a este tipo de discurso, ao leitor não são permitidas interferências, é um simples depositário de reflexões do ensaísta. Não lhe é concedido fazer interrupções ou discordar do que está sendo veiculado, resta-lhe apenas aceitar tacitamente o discurso.

²² *Apud Maingueneau, 1999. p.25*

²³ *Linguagem e persuasão. Op. Cit. p.40.*

Este caráter peculiar ao registro escrito deve ser fruto de discussões no *modus operandi* da interpretação textual, visto que não deve ser encarado como um discurso hermético, inapelável em sua exegese, sem interlocutores, pois um texto se constrói não só a partir dele mesmo, mas, sobretudo, da intertextualidade em que se insere, ou seja, das relações de significação a que se remete. Nesse sentido, Sperber & Wilson²⁴ defendem o papel fundamental da inferência no processo de interpretação. Sendo assim, quanto maior o grau de intertextualidade, maior possibilidade de intelecção do leitor, pois será capaz de ir além do meramente exposto no texto. Conforme destaca Graciela Reyes, “a comunicação para que tenha êxito depende de certo conhecimento mútuo: do que cada interlocutor sabe e sabe que o outro sabe”²⁵

Por isso, o acesso à escrita e a erradicação do analfabetismo funcional significa a possibilidade de independência intelectual do estudante, pois assim pode fugir da dominação ideológica estabelecida por meio da linguagem formal, visto que é o instrumento utilizado para estabelecer as leis e normas que orientam a sociedade. Desta forma, pode-se dizer que um enunciador, consciente do nível de alienação (falta de informação e visão crítica) de seu interlocutor, é capaz de utilizar-se de recursos discursivos, figuras de retórica, para manipular e impor sua opinião como axiomática.

Retomando a análise intratextual, não se pode deixar de frisar a importância superlativa, no estudo do texto, dos tempos e modos verbais, pois determinam, respectivamente, o momento da enunciação e a atitude do enunciador. No ensaio *La visión de los vencidos* é sobressalente o emprego de perífrases verbais (por exemplo, ter + que) expressando obrigação ou necessidade de se seguir pelo viés argumentativo proposto. No mesmo sentido estão as conclusões categóricas do tipo “O único que cabe ressaltar é que ...” ou “somente interiorizando a visão dos vencidos ...” em que se propõe um desfecho inapelável. Ainda que, às vezes, apareça modalizado, é patente o tom de ordem e exortação, mesmo diluindo a imposição por se incluir no discurso (*Nós necessitamos fazer nossas as recordações dos outros*). Esses recursos gramaticais reforçam o convencimento dos interlocutores, ainda que de forma velada, conferindo ao texto um matiz de cumplicidade entre o autor e o leitor.

Como recomendam os preceitos desse gênero discursivo, o ensaísta conclui seu artigo fazendo uma proposição derradeira como a única solução plausível para antítese que se interpunha na questão vencedor versus vencidos: “Para chegar tão longe, o vencedor deveria

²⁴ Lo dicho y lo implicado: la teoría de la relevancia. In: REYES, Graciela. *El Abece de la Pragmática* p. 55

²⁵ Ibidem. P.57

estar convencido de que sem essa recordação sua identidade é potencialmente uma ameaça...” Neste exemplo, pode-se notar um elemento que talvez passasse despercebido para um leitor menos atento, o recurso da *pressuposição*, definida por Ducrot como:

o implícito uma dupla utilidade: exprimir alguma coisa sem arriscar ser considerado como responsável de tê-la dito, mas também adiantar uma ideia subtraindo-a às eventuais objeções. A pressuposição seria uma forma do implícito, permitindo dizer alguma coisa, fazendo de conta que isto não estivesse sendo dito.²⁶

Assim, a construção com o verbo dever no futuro do pretérito mais o infinitivo indicam um momento anterior ao da enunciação, assim o processo de reconhecimento da visão dos vencidos já deveria ter ocorrido há mais tempo, pois *sem essa* condição não haverá saída para esta questão.

CONCLUSÃO

O ensaio ocupa tem sido considerado por muitos como o gênero por excelência na sociedade atual. Por esse motivo a maioria dos jornais e revistas lhe tem reservado lugar de destaque. Toda essa proficuidade tem exigido da academia um olhar diferenciado em sua exegese. Daí a preocupação com uma análise didático-pedagógica, que possibilite ao estudante refletir sobre esse tipo de texto.

A linguagem é um instrumento para expressar ideias, entretanto, além dessa função comunicativa, permite ao ser humano organizar modelos discursivos capazes de exprimir suas ideias. Cada gênero supõe um tipo de leitura, visto que cria expectativas inerentes a sua estrutura discursiva. Para compreendê-lo é mister que o leitor tenha consciência de suas condições de produção, ou seja, estratégias intrínsecas a esse modelo, pois o ato de ler vai além de juntar sílabas ou balbuciar palavras, exige que haja uma interação entre texto e leitor, dito de outra forma, essa reformulação ou recuperação do enunciado se dá pela negociação de significados entre emissor/destinatário.

Nesse percurso de interpretação não se pode relegar a segundo plano que a linguagem relaciona-se a um modo de ser e agir no mundo em função de sua natureza social. Por isso o que se buscou esboçar nesse trabalho foi uma das inúmeras possibilidades de encarar o texto, especificamente, o ensaio, levando em consideração o meio em que está publicada, a motivação do autor e as estratégias discursivas levadas a cabo no intuito de atingir seu objetivo.

²⁶ DUCROT, Osvad. A construção discursiva do povo brasileiro. *Maria Emilia A.T. Lima Campinas: unicamp, 1990 p.124.*

Sendo assim, buscou-se vincular a estrutura formal do gênero ensaio a um modelo peculiar de interpretação que leve em consideração seu *modus operandi*. Sobretudo, buscou-se mostrar que a construção subjetiva de significado só é possível quando o leitor/discente se constitui como sujeito EU em relação à alteridade. Nesse sentido, aponta-se o questionamento metódico, inerente ao gênero ensaio, como uma forma não só de expressão, mas principalmente como construção negociada da significação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADORNO, T. W. **O ensaio como forma**. São Paulo: Ed. Ática, 1986, p. 167.

_____. **Teoria Estética**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Ed. 70,

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo : Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo : Hucitec, 1995.

BRAIT, Beth . Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: MAINGUENEAU, Dominique. **O cenário de enunciação: a cenografia**. In: *O contexto da obra literária*. Trad. Marina Appenzeller; rev. Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 1995.

_____. O Discurso citado. In: **Elementos da lingüística para o texto literário**. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Trad. J. Guinsburgh. Rev. Alice Kyoto Myashiro. São Paulo, Perspectiva, 1987a.

_____. **Novos ensaios críticos / O grau zero da escritura**. Trad. Heloysa de L. Dantas, Anne Armchand e Álvaro Lorenchini. São Paulo, Cultrix, 1987c.

_____. **Elementos de semiologia**. Trad. Izidoro Blikstein. 10. ed. São Paulo, Cultrix, 1997.

BRONKART, Jean-Paul, **Atividades de linguagem, textos e discurso**, São Paulo: EDUC, 1999.

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**, São Paulo: Civilização Brasileira, 2002, p.46.

GARCIA Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1981. p. 292.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaaios**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1996.p. 31.

TEIXEIRA, L.; DISCINI, L. **A leitura do mundo**. São Paulo: Editora do Brasil,1999, p. 11-14)